

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da
audição regimental na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional**

Assembleia da República, 16 de dezembro de 2020

Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras e Srs Deputados,

Nesta que é a última audição parlamentar de 2020, gostaria de fazer um balanço, onde incluiria naturalmente o contributo da Defesa na resposta à pandemia da COVID-19, e concluiria com alguns comentários prospetivos sobre o que nos espera em 2021.

Este **primeiro ano da legislatura**, foi evidentemente um ano marcado pela resposta à **pandemia da COVID-19** e, foi, portanto, um ano atípico e de grandes desafios. Apesar desta realidade, foi possível, com o empenho e profissionalismo de todos, cumprir a missão essencial da Defesa Nacional. Mais:

foi também possível **avançar no cumprimento do programa de governo**, aprofundando o caminho de **aproximação mútua entre as Forças Armadas e a restante sociedade**, tendo sido **visível para todos a plena integração das capacidades da Defesa ao serviço da resiliência nacional**.

Depois de na legislatura anterior termos aprovado a Lei de Programação Militar, a primeira grande prioridade que definimos para este primeiro ano de legislatura foram as **peçoas da Defesa Nacional**. Aqui destacamos naturalmente a **aprovação aqui na Assembleia da República do Estatuto do Antigo Combatente** e apraz-me dizer que estão a avançar os procedimentos necessários para que o usufruto dos direitos aí consagrados possa ser uma realidade em 2021.

Passos importantes foram também dados em matérias que se irão consolidar em 2021, no âmbito do **Plano para a Profissionalização do Serviço Militar** e do **Plano setorial da defesa para a Igualdade**. Passo a passo, nestas matérias da profissionalização e da igualdade de género, vamos avançando. Trata-se de matérias que exigem determinação em cada momento e uma visão de médio e longo prazo, e tem sido essa a nossa abordagem.

A reforma do **Sistema de Saúde Militar** está agora consolidada, e em janeiro farei um despacho final sobre o novo modelo, seguindo-se depois um processo de implementação liderado pelo EMGFA, que vai produzir importantes ganhos em termos da

eficácia e sustentabilidade financeira, com uma maior coerência na sua estrutura de governação.

Para além da dimensão humana, uma segunda prioridade em que foi possível começar a dar passos importantes, prende-se com o desenvolvimento de **capacidades conjuntas** nas Forças Armadas. Esses passos foram consolidados no âmbito da Ciberdefesa e foram iniciados em matéria Espacial. Em 2020, entrou em funcionamento o **Comité de Monitorização da Ciberdefesa** que acompanha estas matérias em permanência e que visa assegurar a edificação de uma capacidade nacional de Ciberdefesa em linha com os compromissos NATO, com as oportunidades da defesa europeia e respondendo às crescentes necessidades da Defesa Nacional e do país. Em simultâneo o EMGFA tem vindo a avançar com os procedimentos para a edificação deste novo domínio de operações, orientado por uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa,

e com os meios humanos e materiais necessários à edificação desta capacidade.

Ao nível **espacial** concluímos os trabalhos tendo em vista o desenvolvimento de uma Estratégia da defesa nacional para o Espaço, a edificação de uma Estrutura de Governação do programa espacial da defesa e um Plano de Ação a desenvolver em estreita articulação com a Agência Espacial Portuguesa e cujas capacidades ficarão também sob alçada do EMGFA. Estamos assim, na medida das nossas possibilidades, em linha com os nossos principais aliados e parceiros e com as dinâmicas globais, em que o Espaço tem ganho peso crescente na definição de prioridades no campo da Defesa.

Uma terceira prioridade do Programa de Governo prende-se com a reestruturação da participação do Estado na **Economia da Defesa**. Neste que é um setor onde o Estado é simultaneamente o principal comprador e um fornecedor estratégico, a criação da nova holding das participadas do Estado no setor da defesa, a IdD – Portugal Defense, visou consolidar o papel do Estado na gestão das participações públicas no setor e estimular a internacionalização da nossa economia – dois aspetos essenciais para a nossa participação na economia europeia de defesa.

A Economia da Defesa será fundamental para **suportar a Economia do País, especialmente nesta altura de dificuldades**, sendo um setor inovador, exportador e criador de postos de emprego qualificados. Só vendo estes setores

como estratégicos para a nossa economia e integrando-os plenamente no nosso planeamento económico, poderemos reforçar a sua capacidade produtiva, o que representa, para Portugal, uma consolidação da nossa autonomia nacional, num contexto de forte volatilidade internacional.

Este é um **setor em contraciclo** e demonstração disso é o **recente projeto de industrialização e capacitação celebrado com a OGMA** que representará um investimento de 74 M€ e a criação de 300 postos de trabalho diretos, e que permitirá captar ainda novos negócios ao longo das próximas décadas.

No setor naval há também boas razões para pensar que o trabalho feito em 2020 lançou sementes que serão colhidas em 2021 e em anos subsequentes, algo que é fundamental

atendendo à rápida transformação do panorama europeu das indústrias da defesa.

Vale a pena também referir que este ano se manteve o apoio das Forças Armadas no combate aos incêndios rurais. Falou-se muito pouco disto porque tudo correu bem, mas ao fazer o balanço deste ano devo recordar a esta Comissão que tivemos cerca de 7350 militares empenhados em ações de patrulhamento florestal, sobretudo do Exército, mas com o contributo também da Marinha. Ao todo percorreram cerca de 700,000 kms nas ações de patrulhamento nos meses de verão. Também não se falou do dispositivo aéreo, gerido pela Força Aérea, em que - tal como em 2019 - tivemos 60 aeronaves disponíveis. Falou-se um pouco mais da edificação

de uma capacidade nova, de drones, através do qual começámos a dotar o país de meios inovadores para a vigilância dos nossos espaços rurais. Nem tudo correu na perfeição, e certamente que teremos oportunidade de falar disto no debate, mas quero deixar aqui bem clara a minha satisfação com o trabalho desenvolvido pela Força Aérea a este respeito. Não duvido que aquilo que se fez em 2020 deixa o país em muito melhores condições para os próximos anos.

Sras e Srs Deputados,

Apesar do contexto excecional que vivemos em 2020, a missão da defesa nacional foi cumprida na íntegra, com o valor e profissionalismo de todos, civis e militares, nas Forças Armadas e no Ministério da Defesa Nacional. Gostaria de

aproveitar para agradecer a todas e a todos o imenso esforço e a capacidade de adaptação inexcedível que, sem exceção, demonstraram nestes longos meses de emergência nacional.

2.

Gostaria agora de me centrar precisamente num **balanço resumido do contributo da Defesa Nacional na resposta à pandemia**. Muito se tem já dito sobre o contributo fundamental que as Forças Armadas têm dado no combate à pandemia.

Valerá a pena recordar a cooperação de longa data entre o Sistema de Saúde Militar e o Serviço Nacional de Saúde que tem permitido, de forma ágil, disponibilizar camas para

doentes COVID no Hospital das Forças Armadas, em Lisboa e no Porto, e no reabilitado Centro de Apoio Militar de Belém (309 doentes, 55 internados atualmente). Tem permitido também que o Núcleo de Apoio à Decisão, criado no âmbito do EMGFA, apoie as autoridades de saúde na gestão de camas ou que as Forças Armadas participem em rastreios epidemiológicos (mais de 21000 contactos telefónicos à data). Certamente que se deram conta que nas últimas semanas deixou-se de falar destes temas como problemas, e creio que é de inteira justiça reconhecer o contributo decisivo das Forças Armadas para que assim seja.

Sumariando, destacaria três grandes áreas na ação das Forças Armadas durante a pandemia: a sua **capacidade logística**,

incluindo enquanto reserva estratégica nacional; a sua **capacidade de apoio**, em todo o território e em parceria com os mais variados setores da administração pública; e por fim em matéria de **coordenação e planeamento**, em apoio às restantes entidades nacionais com responsabilidades nesta matéria.

Creio ser consensual na sociedade portuguesa a valorização do desempenho das Forças Armadas tornando visível as mais-valias das Forças Armadas como pilar da resiliência nacional face a quaisquer riscos e ameaças, nomeadamente através de uma aposta no duplo uso, criando capacidades polivalentes ao dispor do país, em linha com a visão que o governo tem articulado já desde a última legislatura.

Em 2021 arrancará com o Plano de Vacinação para a COVID-19, uma operação logística única a nível global. A Defesa Nacional esteve desde a primeira hora envolvida no Grupo de Trabalho que desenhou o plano de vacinação e continuará empenhada nos processos subsequentes, nomeadamente ao nível do sistema de informação e gestão necessário para a execução da componente operacional do plano logístico. O sucesso deste plano de vacinação será determinante para a recuperação da nossa economia e para a normalização da nossa vida em sociedade. É um trabalho de grande complexidade, e o Ministério da Saúde sabe que conta com um parceiro indispensável que são as Forças Armadas.

3.

Concluiria a minha intervenção perspetivando alguns dos desafios mais imediatos que nos esperam em 2021.

O primeiro e um dos mais exigentes é a **Presidência Portuguesa da União Europeia**. Não irei elencar exaustivamente as prioridades que identificámos para a segurança e defesa, até porque tive já várias ocasiões de o fazer, mas destacaria alguns eixos transversais que, a nosso ver, permitem reforçar os interesses do nosso país.

O reforço da relação da UE com o continente africano em matéria de segurança e defesa é a primeira prioridade que assumimos. Temos uma abordagem muito prática, focada no

reforço da capacidade operacional da UE nas suas missões em África. Queremos também aproveitar a nossa Presidência para dar um salto qualitativo em matéria de segurança marítima. A tendência na Europa, natural, é para o desenvolvimento de uma perspetiva essencialmente terrestre e continental, mas a afirmação da Identidade Europeia da Defesa tem de passar também pela consolidação de uma capacidade marítima.

Afirmar o nosso país como um interlocutor privilegiado nas matérias relativas a África e à segurança marítima, particularmente no que diz respeito ao Atlântico é um reconhecimento das importantes capacidades do nosso país nestas vertentes, mas também uma oportunidade de

influenciar a agenda da UE em linha com as prioridades estratégicas nacionais.

Isso é da maior importância por exemplo em matérias como a segurança marítima no Golfo da Guiné, onde iremos ter um projeto piloto das Presenças Marítimas Coordenadas da UE e para o qual o *Atlantic Centre* irá contribuir. Mas também em matérias como a cooperação com Moçambique, na resposta à atual crise securitária que o país atravessa, Portugal dará dar um contributo importante tanto no plano bilateral como no plano da União Europeia, em articulação estreita com Moçambique respeitando a vontade soberana das autoridades moçambicanas, e rejeitando posturas

paternalistas que por vezes se fazem ouvir. A minha recente visita a Moçambique permitiu trabalhar estes temas.

O próximo ano inicia-se também sob o signo de uma nova administração norte-americana e a nossa presidência do Conselho da UE irá procurar capitalizar esse novo contexto. Este será o momento para perceber como a Administração Biden/Harris vê os avanços em matéria de defesa europeia e como se quer relacionar com a Europa na gestão da instabilidade e conflitualidade na nossa periferia, em particular em torno do Mediterrâneo, em África ou no Atlântico. Será também o momento de reforçar o compromisso de Europeus e Norte-americanos no importante vínculo transatlântico, em particular continuando o trabalho

de reforço da cooperação UE-NATO, que, para um país euro-atlântico como Portugal, assume uma importância vital.

Um outro eixo importante será o processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Neste momento, um grupo de trabalho liderado pelo IDN está a elaborar um documento que servirá de base a essa reflexão e que espero possa ser discutido no início de 2021, sendo que o debate na Assembleia da República terá aqui naturalmente um papel especialmente importante nos termos da Lei de Defesa Nacional. Estou certo de poder contar com o vosso empenho, face a um contexto internacional volátil, complexo, e em transformação, no sentido de adaptar os nossos documentos

estratégicos para melhor adequar os termos da nossa resposta.

Termino aqui e fico à vossa disposição. Muito obrigado pela vossa atenção.